

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

DA CANDIDATURA DE FELISBERTO VIEIRA

PAICV Unidos por Cabo Verde

INTRODUÇÃO	4
MODERNIZAR O PARTIDO	6
O PAICV E A SOCIEDADE CABO-VERDIANA	6
O PAICV UM PARTIDO ABERTO À SOCIEDADE	7
O PAICV UMA ORGANIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA	8
O PAICV UM INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO	8
O PAICV UM PARTIDO DA JUVENTUDE CABO-VERDIANA	9
AS RELAÇÕES EXTERNAS DO PAICV	10
A INTERNACIONAL SOCIALISTA	10
OUTRAS FAMÍLIAS POLÍTICAS	10
OS PARTIDOS POLÍTICOS AFRICANOS	10
REFORMAR O ESTADO	11
UTILIDADE	11
EMPREGO	12
SAÚDE E EDUCAÇÃO	13
JUSTIÇA	13
PARTICIPAÇÃO	14
PRINCÍPIOS ÉTICOS RIGOROSOS	14
INDEPENDÊNCIA / AUTONOMIA DO PODER POLÍTICO	14
IMPARCIALIDADE	15
TRANSPARÊNCIA	15
RESPONSABILIDADE	15
EFICÁCIA	15
ECONOMIA DOS CUSTOS DA ADMINISTRAÇÃO	16
LUTA SEM TRÉGUAS CONTRA A CORRUPÇÃO E A FRAUDE	16
UMA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO PARA OS CIDADÃOS E O DESENVOLVIMENTO	17
MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	17
UMA ADMINISTRAÇÃO PARA UM PAÍS PEQUENO E ARQUIPÉLAGO (DESCENTRALIZAÇÃO E UNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO)	17
UM ESTADO QUE INTEGRE A METADE EMIGRADA DA NAÇÃO CABO-VERDIANA	18
UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO	19
A COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO INTERNACIONAIS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	21
CONCLUSÃO - GANHAR CABO VERDE	23

INTRODUÇÃO

Cabo Verde vive hoje momentos de grande expectativa. Após dez anos de uma governação catastrófica, o país encontra-se numa encruzilhada de caminhos devendo em breve escolher qual a melhor via para sair da crise a que foi conduzido por um Governo que já ultrapassou todos os limites do tolerável nas matérias que mais afectam os cabo-verdianos.

O PAICV apresenta-se como alternativa credível ao poder autoritário do MPD. O país espera que deste congresso do partido saia uma direcção e uma estratégia que possam conduzir Cabo Verde aos caminhos do progresso e do bem estar social.

Para o PAICV só pode haver uma escolha: Unir as suas virtudes de patriotismo, de total dedicação a Cabo Verde, de honestidade a toda a prova à consciência das dificuldades do presente e com o entusiasmo e a imaginação da Juventude abrir novos caminhos que serão trilhados pelos cabo-verdianos no novo ciclo que se avizinha.

O PAICV é, assumidamente, um partido intergeracional. A escolha que terá que fazer não será entre gerações pois todas as sociedades assentam em cada um dos momentos do devir em três gerações: a que percorre os caminhos descendentes que vão dar a poente, a que sustenta o presente e a que desponta a nascente. A memória, a consciência e a imaginação constituem os três pilares da existência social humana que só funcionam como tal unidos.

É neste contexto que surge a minha candidatura, a candidatura de Felisberto Vieira à Presidência do PAICV. Apoiada por um vasto leque de forças sociais e por personalidades dos mais diversos ramos de actividade intelectual, laboral, empresarial, artístico, etc., esta candidatura pretende, através de um debate de idéias que terá de ser reflectido e sereno, contribuir para se aclararem os caminhos que teremos de percorrer para resgatar a esperança na existência de um Cabo Verde de que todos os seus filhos se possam orgulhar.

Trata-se de uma candidatura que pretende unir para a vitória; uma candidatura que pretende abrir novos espaços de convivialidade entre todos

os membros do PAICV. Trata-se de uma candidatura que pretende dar aos cabo-verdianos de novo, o gosto de sonhar.

MODERNIZAR O PARTIDO

O PAICV é um Partido com uma história e com um passado intimamente ligados à luta do povo cabo-verdiano pela conquista da soberania nacional e da liberdade, pela construção de um Estado capaz de dar corpo aos seus anseios de paz e desenvolvimento, pela construção de um sistema político fundado no pluralismo democrático.

Todos os membros do PAICV e os cabo-verdianos em geral concordam com a importância e o valor desse passado e dessa história que constituem, aliás, patrimônio comum de toda a nação cabo-verdiana.

O passado é importante pois é a partir da memória colectiva que se constrói o presente e se perspectiva o futuro (Memória colectiva, Consciência colectiva e Imaginação colectiva). Se é verdade que o passado está carregado de uma memória que assumimos e de que nos orgulhamos, o presente não é, seguramente, aquilo que queríamos e imaginamos e o futuro afigura-se incerto para uma grande parte dos cabo-verdianos. Assim, no momento em que o PAICV se prepara para assumir novas e maiores responsabilidades no novo ciclo político que se avizinha, mais do que do passado, queremos falar do presente e do futuro.

O PAICV e a Sociedade Cabo-verdiana

O PAICV está a ser reavaliado pela sociedade cabo-verdiana. Após 10 anos de Governo do MPD a quem o eleitorado deu duas maiorias qualificadas, assiste-se ao esgotamento e à derrocada política e moral do movimento e do modelo político e económico por ele preconizado.

Pela primeira vez na sua história de povo independente, os cabo-verdianos podem comparar dois modelos e duas formas de fazer política e de governar. A sociedade valoriza muito positivamente as vertentes de patriotismo, de ética política e, sobretudo, de moral, que são princípios basilares da acção política e governativa do PAICV.

Hoje, o PAICV e seus governantes são vistos como referências altamente positivas pela sociedade e, particularmente, pela juventude que quer, efectivamente, “um poema diferente” para o seu país.

O PAICV detém hoje reais vantagens comparativas em relação ao conjunto dos restantes partidos que compõem o xadrez político partidário cabo-verdiano.

Ao PAICV abre-se a possibilidade real de ganhar as próximas eleições legislativas e de aumentar o score eleitoral obtido nas autárquicas de Fevereiro passado, tudo dependendo do seu trabalho, das propostas e da imagem que conseguir transmitir à sociedade.

O PAICV um Partido Aberto à Sociedade

A sociedade em geral e a juventude em particular querem um PAICV mais aberto e convivial. À direcção e aos membros caberá encontrar as melhores formas para uma maior abertura sem que o Partido se descaracterize. No entanto, é preciso que fique claro que a abertura à sociedade é indispensável e incontornável e que se deve defender com maior afinco os princípios básicos que constituem o coração, a alma do Partido. A abertura à sociedade deve ser feita salvaguardando os princípios da democracia, da liberdade individual, da independência de pensamento e de acção, do pluralismo, da defesa intransigente do bem comum e dos mais fracos, da equidade, da solidariedade e da justiça social.

O PAICV deve reafirmar a primazia da lealdade sobre a fidelidade. O PAICV sempre se comportou com lealdade em relação a Cabo Verde e é lealdade que deve esperar da sociedade cabo-verdiana. Assim, a noção de militante deve ganhar novos contornos para abarcar um grande número de situações que, embora não sejam de fidelidade, têm sido de grande lealdade.

O PAICV deve assegurar um melhor equilíbrio entre os sexos e adoptar na sua estratégia de intervenção, a abordagem género, combatendo assim os esteriotipos na atribuição de funções político-sócio-culturais, económicas, aos homens e às mulheres na sociedade.

Tendo em conta o fraco nível de representação actual, a acção do partido deve ser orientada no sentido de assegurar a chamada “massa crítica”, por forma a que as mulheres possam exercer uma influência positiva e necessária na sociedade cabo-verdiana.

O PAICV uma Organização para o Exercício da Democracia

O déficit democrático existente na sociedade cabo-verdiana tem suas origens radicadas profundamente na história da formação da nossa sociedade. No entanto, a persistência de tal déficit 25 anos após a independência e após dez anos de regime político pluripartidário deve levar os membros a reflectirem sobre o papel dos partidos políticos na construção da democracia.

O PAICV deve apostar fortemente no papel do Partido como escola de Democracia e Liberdade, devendo adaptar as suas estruturas e formas de funcionamento a este objectivo de redução do déficit democrático existente na sociedade. Tudo aquilo que exigimos do Estado em matéria de transparência e de democracia deve ser aplicado integralmente à vida interna do partido. Outrossim, deve o partido aplicar uma política de total transparência no respeitante ao seu funcionamento interno vis a vis do exterior (em relação à sociedade).

A Democracia e a Liberdade constituem valores absolutos que devem ser assumidos como tal, bens supremos a serem preservados e defendidos contra todas as tentativas de entorse ou instrumentalização. Para se acabar com o medo latente na nossa sociedade, o exemplo deve vir da prática de organização e funcionamento internos dos partidos políticos.

O PAICV um Instrumento de Modernização

A modernização foi confundida pelo movimento no poder com ostentação de riqueza, com exibição de status social, com aquisição de bens e serviços para a Administração com base em considerações de prestígio, com a instauração de uma competição sem regras para o acesso a bens raros em Cabo-Verde, entre outros.

Há, também, quem confunda modernização com juventude ou com um culto exacerbado da juventude pela juventude, esquecendo-se de que todas as sociedades funcionam na base de um *continuum* de gerações, coexistindo sempre três gerações em cada momento. A modernização é, igualmente, muitas vezes confundida com um certo autoritarismo, aceite como um mal necessário para se conseguir que as coisas sejam feitas atempadamente e com o nível de qualidade desejado.

A modernização deve significar a criação de novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade que reflitam as mudanças na composição etária da população e nos anseios dos diferentes grupos. Novas formas de organização que reflitam as mudanças de um Estado administrador para um Estado facilitador do desenvolvimento, novas formas de trabalhar que reflitam as mudanças no terreno das técnicas e instrumentos de comunicação. Um Estado que integre os avanços tecnológicos facilitadores da vida dos cidadãos e a promoção da autonomia das pessoas e a sua liberdade.

O PAICV um Partido da Juventude Cabo-verdiana

A juventude reclama em Cabo Verde o resgate da sua dignidade e a oportunidade de, na assunção plena do presente, garantir um Cabo Verde mais próspero e solidário, mais competitivo e aberto às oportunidades de afirmação num mundo em transformação acelerada.

No PAICV a juventude deve ter espaços e um papel de destaque na assunção de responsabilidades na modernidade, na defesa e promoção dos valores da democracia e da cidadania, nomeadamente, através de uma maior participação nos órgãos de direcção do Partido A Juventude do PAICV nasce desta tradição de afirmação de valores e princípios, da democracia, da liberdade e da tolerância e vem se afirmando como organização de jovens para jovens aberta à sociedade e por um Cabo Verde mais desenvolvido, democrático e solidário.

No quadro do estrito respeito pela autonomia das organizações juvenis, o PAICV deve estabelecer um pacto firme com a JPAI e com toda a juventude cabo-verdiana para juntos resgatarmos a esperança de construir Cabo Verde para os desafios da nossa época.

Defendemos máxima prioridade à educação e à formação para o emprego com igualdade de oportunidades para todos os jovens; o PAICV defende uma resposta positiva da sociedade e do Estado às justas aspirações juvenis, à habitação e ao emprego, à defesa do ambiente e do património, à conquista da privacidade e da intimidade.

AS RELAÇÕES EXTERNAS DO PAICV

A Internacional Socialista

Sendo membro da Internacional Socialista, deve o PAICV desenvolver e consolidar as suas relações com todos os partidos políticos membros dessa família por forma a tirar o maior proveito possível dessa relação para o seu bem e para o bem de Cabo Verde.

Outras Famílias Políticas

Ainda que ser membro da Internacional Socialista imponha certas obrigações, o PAICV não deve descurar as relações com outros partidos de outras famílias políticas. Aliás os próprios partidos europeus da I S são os primeiros a não descurarem as suas relações com partidos de outras famílias políticas quando o seu próprio interesse e o interesse nacional estão em jogo. O exemplo mais flagrante é o que temos à nossa frente no nosso próprio país.

Os Partidos Políticos Africanos

Com os partidos políticos africanos deverá o PAICV estabelecer relações privilegiadas sempre com base no compromisso da luta pela instauração de verdadeiros estados de direito democráticos no nosso continente.

Princípios como a liberdade, a liberdade de opinião, a independência da justiça, o respeito integral pelos direitos fundamentais da pessoa humana, terão que ser bandeiras de luta dos partidos com os quais possamos estabelecer relações privilegiadas.

O PAICV deve, ainda, privilegiar relações políticas que se fundamentem na defesa dos valores da integração regional e da unidade africana.

REFORMAR O ESTADO

Quando se fala com os camponeses de Cabo Verde fica-se com a idéia de que, de um modo geral, temem o Estado enquanto detentor de um aparelho repressivo capaz de os atingir e, ao mesmo tempo, vêm nele a única entidade a quem recorrer face às calamidades naturais e suas conseqüências. Mais do que qualquer outro aspecto, fica-se com a idéia de que para eles, o Estado constitui na Terra a única tábua de salvação face às conseqüências das secas e outras situações de dificuldade por que passam quotidianamente.

Já para as camadas detentoras de modos de vida mais seguros, o Estado começa a ser visto como uma entidade necessária mas muito dispendiosa para os cidadãos.

Para as camadas empreendedoras e mais dinâmicas, incluindo a juventude e os empresários tanto os formais como os informais, o Estado já é visto como uma entidade que só cria dificuldades e problemas e que, ainda por cima cobra impostos, havendo muitos que já põem em causa a legitimidade do Estado para cobrar impostos.

O Estado actual que temos em Cabo Verde e a sua Administração são os únicos ou principais responsáveis por essa visão negativa que uma parte significativa dos cabo-verdiano tem desta instituição.

É necessário que as pessoas voltem a confiar no Estado e na sua Administração. Para que tal se venha a verificar é indispensável que se procure a legitimidade do Estado, em primeiro lugar, na singela noção de utilidade. Para além de útil, o Estado e a sua Administração têm que pautar a sua acção por princípios éticos rigorosos cuja aplicação deverá poder ser verificável pelos cidadãos. Para além de útil e funcionando na base de princípios éticos rigorosos, é necessário, ainda, que o Estado e a sua Administração se pautem, no seu funcionamento pelos princípios da eficácia e da economia.

Utilidade

A utilidade do Estado está ligada à idéia de que existem funções necessárias mas que não podem ser exercidas pelos cidadãos, quer pela sua complexidade, quer pelo seu custo elevado, quer ainda porque entram na

esfera dos direitos e obrigações tendentes a manter unida a sociedade e por isso, devem ser exercidas por uma entidade que se possa colocar acima dos interesses individuais e que defenda o interesse comum, podendo editar normas de conduta aplicáveis a todos os membros da sociedade.

No momento actual existem alguns domínios essenciais nos quais se torna urgente demonstrar a utilidade do Estado e da sua Administração para que se possam legitimar aos olhos dos cidadãos:

- O Emprego;
- A Saúde e a Educação;
- A Justiça;
- A Segurança e Ordem Pública;
- A Participação.

Emprego

O emprego constitui o problema de solução prioritária para a esmagadora maioria da população cabo-verdiana. Somos uma sociedade sub-desenvolvida, com uma população ainda maioritariamente rural mas em que as actividades tradicionalmente rurais, nomeadamente, a agricultura, não conseguem garantir emprego à maioria dos activos do sector. Assim, somos uma sociedade em que, basicamente, a esmagadora maioria da população depende do salário para subsistir e em que os diversos ramos da economia oferecem um número de empregos que nem de longe satisfaz a procura.

Nestas condições e tendo em conta o peso da tradição de intervenção do Estado no mercado do trabalho, a sociedade considera o Estado largamente responsável pela solução do problema do emprego como base para o acesso às subsistências indispensáveis à vida.

Somos pelo fomento da economia social e do voluntariado. É preciso um Estado promotor de iniciativas económicas geradoras de emprego e de rendimentos, através de incentivos claros assentes na participação cívica dos cidadãos.

Saúde e Educação

A utilidade do Estado mede-se, igualmente, pela sua capacidade em assegurar o acesso de todos aos bens da saúde e à educação. A maioria dos cidadãos tem, actualmente, uma percepção muito negativa do desempenho do Estado nos domínios fundamentais da saúde e da educação.

O Estado alargou a rede dos estabelecimentos de saúde e de ensino mas a qualidade do serviço prestado baixou consideravelmente, sendo ponto assente na sociedade que o Estado não vem cumprindo minimamente as suas obrigações nestes domínios.

O PAICV defende a implementação de políticas que garantam o efectivo acesso da população à saúde e à educação e a promoção de um maior envolvimento das populações que garantam um real desenvolvimento social.

Justiça

Um elemento fundamental da utilidade do Estado e da sua Administração refere-se à administração da Justiça e à segurança e ordem pública. Em Cabo Verde, a maioria dos cidadãos perdeu a confiança na capacidade do Estado administrar a Justiça e até mesmo de fazer Justiça. A justiça é lenta e em muitos casos considerada iníqua.

A segurança e ordem públicas constituem preocupações de fundo dos cidadãos que consideram, geralmente, que o Estado não vem cumprindo as suas obrigações nestes domínios.

O PAICV considera ser urgente redimensionar o aparelho judicial à medida das reais necessidades de cobertura de todo o território nacional, bem como reforçar financeira, técnica e em meios humanos os tribunais. Considera, igualmente, necessário o reforço da capacidade de intervenção da polícia de ordem pública por forma a transmitir maior confiança e segurança aos cidadãos.

Participação

A democracia formal, por si só, não legitima o Estado. Com efeito, a democracia formal, sendo exercida através dos partidos políticos que fazem a intermediação entre os cidadãos e o Estado com base em eleições que se efectuam com intervalos mais ou menos longos, permite o aparecimento de situações de exclusão de segmentos mais ou menos extensos da sociedade.

Aparece, assim, a necessidade de se conceberem e se aplicarem formas de participação directa que permitam devolver o poder aos segmentos excluídos ao nível das comunidades. O PAICV deve aprofundar a questão da participação e aplicar uma política coerente de promoção da participação sobretudo no quadro da luta contra a pobreza e a exclusão social.

Temas como referendos locais, apresentação de candidaturas às eleições dos diversos órgãos políticos por grupos de cidadãos, participação na justiça, devem estar na ordem do dia dos próximos debates políticos no quadro das próximas eleições legislativas. Apresentação de candidaturas às eleições autárquicas por grupos de cidadãos

Princípios Éticos Rigorosos

Para que seja restaurada a confiança dos cidadãos no seu Estado torna-se indispensável que este, no seu funcionamento, se pautar por princípios éticos rigorosos e que os cidadãos tenham a possibilidade de controlar a aplicação de tais princípios, não só de cinco em cinco anos através do processo eleitoral mas em qualquer momento por via judicial.

Independência / Autonomia do Poder Político

O princípio da Independência (autonomia do poder político) aplicado ao funcionamento do Estado e da Administração significa que os titulares dos cargos agem com base exclusiva no cumprimento dos deveres das funções que desempenham e só recebem instruções pelas vias e dos órgãos competentes para emitir instruções e orientações de acordo com a Lei.

O Estado, a sua Administração e os órgãos de intermediação política, os partidos, não podem depender da vontade ou dos interesses particulares de grupos de que tipo ou natureza forem. As organizações económicas de carácter empresarial, as associações e outros grupos actuam no terreno que lhes é próprio e com respeito pelas regras impostas através dos órgãos

próprios do Estado, não podendo tentar influenciar as decisões dos órgãos da Administração por vias ilegítimas.

Para a democracia, é fundamental que se garanta a autonomia do Estado e da sua Administração em relação ao poder económico, sendo obrigação do poder político democrático garantir total transparência nas relações da Administração do Estado com o poder económico.

Imparcialidade

Os órgãos do Estado e da Administração devem tratar a todos os cidadãos e instituições civis da mesma forma, sem qualquer tipo de discriminação. Na sua actuação em relação aos cidadãos e suas organizações civis o Estado e a Administração não devem tomar em conta qualquer orientação baseada em critérios de raça, sexo, crença religiosa ou filiação política, aplicando unicamente as leis, regulamentos e instruções fundamentadas na Lei.

Transparência

Para atingir os fins que lhe são confiados pela sociedade o Estado e a sua Administração utilizarão procedimentos totalmente transparentes e controláveis. A publicidade dos actos, o acesso às fontes de informação, a liberdade de imprensa, são elementos fundamentais para o exercício transparente das funções do Estado.

Responsabilidade

Nos tempos que correm, a legitimidade do Estado corre de par com a sua responsabilidade.

Todos os titulares dos órgãos do Estado e dos cargos públicos devem ser responsáveis política, administrativa e criminalmente pelos actos que cometam ou autorizem no exercício das suas funções. Em particular, torna-se urgente a responsabilização dos titulares de cargos político, sem a qual não será possível legitimar o Estado e a sua Administração.

Eficácia

O Estado e a sua Administração deverão passar a nortear-se pelo princípio da eficácia, ou seja, a acção da Administração do Estado tem que

ser avaliada pelos resultados produzidos. É imperiosa a introdução de uma cultura de resultados na Função Pública cabo-verdiana sob pena de ela perder legitimidade.

Um corpo de funcionários competentes, dedicados, imparciais, obedecendo apenas às leis e regulamentos (rever o estatuto remuneratório / gestão por objectivos).

Economia dos Custos da Administração

A diminuição dos custos deve representar uma preocupação constante do Estado e dos seus agentes. A noção de prestígio aplicada à aquisição de meios, serviços ou equipamentos deve ser totalmente afastada. Os recursos utilizados pelo Estado devem ser os estritamente necessários à eficácia da sua actividade.

Dimensionamento – a dimensão da Administração deve ser a mais adequada aos objectivos e aos meios disponíveis, não podendo depender de considerações de carácter partidário ou de clientelismos políticos.

Equipamento – é necessário pôr termo com urgência ao esbanjamento no capítulo do equipamento da administração pública central e local.

Luta sem Tréguas contra a Corrupção e a Fraude

A democracia não poderá desenvolver-se e enraizar-se profundamente na sociedade cabo-verdiana se os indícios de falta de autonomia do Estado e de certos partidos políticos se confirmarem como parece ser o caso.

A dependência de interesses estranhos ao interesse nacional a favor de interesses particulares de certos grupos económicos e de outros interesses inconfessáveis é sustentada pela corrupção e conduz à prática corrente da fraude como forma de se atingirem objectivos contrários aos interesses do Estado e da comunidade nacional que o sustenta.

O PAICV aposta fortemente na luta contra todas as formas de corrupção e fraude ou ainda meras tentativas, praticadas seja por quem for, comprometendo-se a tudo fazer nos planos normativo, administrativo, policial e judicial para erradicar tal cancro da sociedade cabo-verdiana e em particular, do seu Estado.

Uma Política de Informação para os Cidadãos e o Desenvolvimento

Vinte e cinco anos de governação independente ainda não deram a Cabo Verde uma política de informação para o desenvolvimento. Ao contrário, a intervenção do Estado, de monopolizadora passou a controladora. Assim, assistimos diariamente à degradação da comunicação social do Estado que se limita, salvo excepções raras a veicular as posições do Governo e a divertir mal os cidadãos.

A concepção da informação como instrumento de libertação e de integração social bem como instrumento de luta pelo desenvolvimento ainda não chegou aos gabinetes governamentais. Procura-se esconder a informação, não se criam mecanismos eficazes de difusão da informação útil acumulada e criam-se mil dificuldades ao livre acesso às fontes de informação e aos instrumentos de difusão.

O PAICV deve ser por uma abertura total do sector da informação ao sector social e privado, mantendo apenas os poderes regulamentares mínimos necessários e um serviço público de informação verdadeiramente independente e dotado dos meios financeiros, humanos e técnicos para a execução das suas missões. Deve ser alterado o conjunto da legislação que regula o acesso ao exercício da actividade informativa de modo que o princípio da liberdade de acesso se sobreponha ao da proibição que é levantada caso a caso pelo Estado mediante alvarás custosos e na base de condições que são feitas mais para dificultar do que para facilitar.

Modernização e Desenvolvimento Institucional

Uma Administração para um país pequeno e arquipélago (descentralização e unificação do território)

A reforma do Estado e da Administração deve permitir a construção de um melhor Estado para os cidadãos. Esta construção tem no fortalecimento e afirmação do poder local a principal orientação política. A descentralização deve ter como eixo principal a transformação da administração municipal em verdadeiro poder local com poderes e recursos suficientes para dar respostas as demandas das populações .

A afirmação e o fortalecimento do poder local reclama uma profunda reforma institucional ao nível do aparelho do Estado no sentido de uma descentralização efectiva em que os interesses locais sejam prosseguidos pelas autarquias através dos seus órgãos próprios e criar uma base económica local.

No quadro do desenvolvimento de um estado de direito democrático ao serviço dos cidadãos, o PAICV defende uma descentralização efectiva que dignifique e contribua decisivamente para a afirmação do poder local como forma de estar mais próximo das populações e permitir-lhes uma cada vez maior participação na formação dos órgãos do poder e controle dos actos da Administração.

O PAICV é pois por uma nova relação entre o cidadão e a administração e que propugna pela melhoria da capacidade de resposta dos serviços públicos, por uma verdadeira aproximação do cidadão e da sociedade civil da administração pública e pela valorização e desenvolvimento dos recursos humanos a nível local como factor decisivo de todo o desenvolvimento.

Desta forma o PAICV elege a descentralização e afirmação do poder local em Cabo Verde como domínio de intervenção privilegiado no quadro da reforma do Estado e da Administração e numa perspectiva do desenvolvimento regional, do fortalecimento da sociedade cabo-verdiana e da promoção da cidadania.

Um Estado que integre a metade emigrada da nação cabo-verdiana

O peso da emigração em todas as vertentes da sociedade cabo-verdiana constitui uma realidade que dispensa qualquer argumento no sentido de se adoptarem medidas que se traduzam numa maior integração das comunidades cabo-verdianas residentes no estrangeiro na comunidade nacional.

Ao longo de todo o período colonial a emigração foi vista apenas como válvula de escape para o crescimento demográfico e as grandes fomes e suas mortandades.

Nos 25 anos de independência já decorridos, os sucessivos governos de Cabo Verde não conseguiram elaborar e aplicar uma política de emigração que dê satisfação a esta parcela da comunidade nacional.

É chegado o momento de se adoptar uma orientação radicalmente diferente da adoptada até agora. Efectivamente, na era dita da globalização, da informação, etc., não se justifica que se continue a adoptar soluções parcelares e ineficazes para um problema que toca os fundamentos da nacionalidade cabo-verdiana no mundo.

Assim, a nossa proposta é no sentido da completa integração da metade emigrada na comunidade nacional através do reconhecimento aos emigrantes da totalidade dos direitos políticos reconhecidos aos residentes. Os cabo-verdianos residentes no exterior poderão, assim, participar plenamente na vida nacional concorrendo para a constituição dos órgãos do poder de Estado a todos os seus níveis.

Um Novo Paradigma de Desenvolvimento

Dez anos de desgoverno do MPD deixaram o país exangue. Os partidos que forem conduzidos pelo voto a assumir a governação terão que ser capazes de resolver a questão crucial que se põe, a saber, como financiar o desenvolvimento de Cabo Verde. Com os cofres do Estado vazios, com o sector público leiloado na praça pública sem que se tenha criado um tecido produtivo nacional capaz de se autosustentar, com uma população empobrecida e desempregada que ultrapassa o terço da população do país, vale a pena reflectir sobre os meios para financiar a saída da crise.

Com uma dívida interna acrescida para níveis insuportáveis, com uma dívida externa que atinge montantes que colocam a questão da própria solvência do Estado, com uma carga fiscal que empobrece os cidadãos e inibe a iniciativa privada, urge conceber-se um novo paradigma de desenvolvimento centrado nos cabo-verdianos e nas suas reais necessidades e capacidades.

O conjunto das políticas propagandeadas pelo MPD sob a designação pomposa de “inserção dinâmica na economia mundial” conduziram ao empobrecimento cada vez maior dos cabo-verdianos e à transferência das suas principais empresas para as mãos de interesses estrangeiros cujo controlo lhe escapa completamente e sem reais compensações, pior ainda,

sem que o sector privado nacional pudesse beneficiar do processo das privatizações.

A globalização na sua expressão mais avançada, a das novas tecnologias e da internacionalização financeira coloca os países e povos perante os grandes desafios da competitividade e de afirmação num mundo em transformação continua e a um ritmo acelerado. Está-se perante uma nova era de interacção entre países, economias e povos, com o aumento de contactos para além das fronteiras nacionais num mundo de grande diversidade de condições.

A intensificação das trocas comerciais mundiais, o crescimento acelerado do investimento directo estrangeiro, o desenvolvimento do turismo internacional, e o aumento das migrações internacionais constituem as formas marcantes da integração mundial e têm repercussões directas nas políticas nacionais de procura de eficiência económica de equilíbrio social no contexto da liberalização, desregulamentação e da retirada do Estado de muitas actividades económicas.

Defendemos o maior investimento possível no aproveitamento dos aspectos positivos, inovadores e dinâmicos da globalização numa perspectiva proactiva que minimize os aspectos negativos e desintegradores inerentes ao fenómeno. É preciso procurar respostas nacionais para que a globalização favoreça o desenvolvimento humano duradouro.

O que mais diferencia esta época de globalização são as novas tecnologias de comunicação e informação que motivam uma corrida mundial sem precedentes pelo conhecimento na primeira linha da interacção mundial.

Nesta óptica, o domínio das novas tecnologias de comunicação e de informação e do saber fazer nas mais diversas áreas constituem sem dúvida condição sine quo non para vencer os desafios nesta época de globalização.

Neste contexto, propomos um sistema de desenvolvimento dos recursos humanos e de informação que facilita o conhecimento e a habilidade à absorção das novas tecnologias e que possibilita a criação das condições internas necessárias a transformação das potenciais oportunidades do mercado global em realizações efectivas de aproveitamento das oportunidades externas.

Apostamos num modelo de desenvolvimento com critérios estéticos e ambientais que valorizem e protejam a natureza e o equilíbrio dos ecossistemas e da biodiversidade.

O adequado enquadramento e criação de incentivos à promoção do empresariado nacional aliado às políticas públicas de atracção de investimentos de não residentes constitui condição de sucesso do desenvolvimento da capacidade produtiva nacional e do mercado.

A Cooperação e Integração Internacionais no Contexto da Globalização

Nas condições de Cabo Verde de um país pequeno e insular de escassos recursos, a cooperação e integração internacionais continuam a ser uma componente importante de toda a estratégia de desenvolvimento e devem constituir canais de captação das oportunidades mundiais, ajudar a atenuar as vulnerabilidades que ainda o país apresenta e ajudar a ultrapassar a exiguidade de recursos.

A diversificação de parceiros e a criação de interesses com base no dialogo e parceria, à luz da transparência e boa governação constituem condição de sucesso para tal desiderato. Para uma maior capacidade de resposta a cooperação internacional de Cabo Verde deve apoiar-se numa política reflectida e concertada sobre toda a problemática de desenvolvimento.

Tendo Cabo Verde como principais parceiros de desenvolvimento países da União Europeia, da CPLP, da CEDEAO tanto a nível bilateral como multilateral, os Estados Unidos, o Japão, Cuba e China, PAICV propõe trabalhar novos argumentos para as novas exigências dos diferentes parceiros.

O PAICV defende um sistema de gestão das relações económicas internacionais de Cabo Verde que enquadra adequadamente a cooperação com parceiros externos de desenvolvimento e que favoreça uma capacidade negocial e de gestão abrangente e eficaz.

Face ao desenvolvimento e a eficácia esperada da cooperação não governamental o Sistema Nacional de Cooperação deve dar o devido enquadramento a esta modalidade de cooperação e procurar aumentar as disponibilidades externas para o seu desenvolvimento.

Neste sentido, o PAICV defende apoios à elevação das capacidades dos municípios e das ONG's para o desenvolvimento da cooperação descentralizada internacional.

CONCLUSÃO - GANHAR CABO VERDE

A modernização do Partido visa prepara-lo para ganhar as eleições e formar Governo, reformando o Estado e a Administração para ganharmos Cabo Verde, melhor dizendo, para resgatarmos Cabo Verde para todos os cabo-verdianos.

A História fez com que a própria nação cabo-verdiana surgisse do encontro de culturas. A nossa identidade, a nossa personalidade universal, as nossas expressões artísticas, e até a nossa própria sobrevivência são marcas indeléveis desse encontro.

De forma que, no fundo, o traço mais característico do povo destas ilhas é a sua cultura, onde o particular e o universal, o tradicional e o moderno, sempre conviveram e convivem de forma exemplar.

É por isso que ela deve também estar no centro de qualquer concepção de desenvolvimento de Cabo Verde.

Acreditamos que, na presente era chamada da globalização, a única salvação possível para os países pequenos é a solidez das suas culturas.

Temos claro, assim, e defendemos o que ao país tem faltado com maior gravidade nos últimos anos- a definição de uma política cultural. Da definição de uma boa política cultural depende o único desenvolvimento sustentável adequado ao nosso país.

Mas, um país só será grande se soubermos valorizar aqueles que o fazem. Assim, consideramos importante instituir prémios nacionais e outras formas de reconhecimento oficiais, aos nossos artistas e personalidades.

Aos artistas e criadores, garantimos que trabalharemos para uma política clara e decidida de promoção e de divulgação mundial da nossa cultura.

Connosco, Cabo Verde, reencontrará o seu status de ponto de encontro das culturas do Mundo e o Homem Cabo-verdiano recuperará o seu bem mais precioso – a sua dignidade.